

Terceirização e Recomposição dos Mercados de Trabalho das Metrôpoles de Belo Horizonte e Salvador

Subcontracting and Recomposition of Labor Markets in the Metropolitan Areas of Belo Horizonte and Salvador

Subcontractación y Recomposición de los Mercados de Trabajo en las Áreas Metropolitanas de Belo Horizonte y Salvador

André Mourthé de Oliveira*

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar o impacto do processo de terceirização das atividades econômicas sobre os mercados de trabalho metropolitanos de Belo Horizonte e Salvador, no período 1995-2007. A opção pela terceirização decorreu de dois fatores: 1. ampliação das desigualdades socioeconômicas; e 2. potencial reconfiguração do mercado de trabalho, pois a terceirização articula uma parte do setor tradicional ao moderno, alterando, dessa forma, a clássica estrutura dual do mercado de trabalho urbano brasileiro (DEDECCA, 1998; OLIVEIRA, 2010). A metodologia propõe uma nova categorização das inserções no mercado de trabalho urbano: a) Grupo 1 (G1) - ocupações do setor moderno/formal, com predomínio do assalariamento nas relações de trabalho; b) Grupo 2 (G2) - ocupações do setor tradicional/informal articulado produtivamente com o G1; e c) Grupo 3 (G3) - ocupações do setor tradicional/informal, com o predomínio de trabalho não assalariado. A análise viabilizou o cruzamento dos três grupos com os setores de atividade econômica. Os principais resultados indicam que a terceirização não ampliou a desigualdade socioeconômica nos mercados de trabalho das duas metrôpoles. Ressalte-se o forte crescimento do G1 do setor de serviços, significando uma importante “modernização” nesses dois mercados de trabalho.

Palavras-chave: Terceirização. Desigualdade socioeconômica. Mercado de trabalho. Informalidade. Metrôpoles brasileiras.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the impact of subcontracting processes on labor markets of Belo Horizonte and Salvador metropolitan areas, in the 1995-2007 period. The option for subcontracting derived from two factors: a) increasing socio-economic inequalities; and b) potential labor market reconfiguration, since subcontracting articulates traditional and modern sectors, modifying the classic dual structure of the Brazilian urban labor market (DEDECCA, 1998; OLIVEIRA, 2010). The methodology suggests a new classification for urban

* Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: demourthe@gmail.com
Artigo recebido em junho/2012 e aceito para publicação em agosto/2012.

labor market entry: a) Group 1 (G1) - modern sector occupations; b) Group 2 (G2) - occupations from the informal sector, productively integrated to G1; and c) Group 3 (G3) - informal sector occupations. The analysis allowed to cross information regarding the groups and the sectors of economic activity. The main results indicate that subcontracting did not extend the economic inequality in the two metropolises. Emphasis should be made to the strong growth in service sector's G1, representing an important "modernization" in these two labor markets.

Keywords: Subcontracting. Socio-economic Inequality. Labor Market. Informal Labor. Brazilian metropolises.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar el impacto del proceso de la subcontratación (o tercerización) de las actividades económicas en los mercados laborales del área metropolitana de Belo Horizonte y Salvador, en el período comprendido entre 1995 y 2007. La opción de la subcontratación se debió a dos factores: a) la ampliación de las desigualdades socioeconómicas; y b) la reconfiguración potencial del mercado de trabajo, porque la subcontratación articula una parte del sector tradicional a lo moderno, cambiando así la estructura dual clásica del mercado de trabajo urbano en Brasil (DEDECCA, 1998; OLIVEIRA, 2010). La metodología propone una nueva forma de categorización de las inserciones en el mercado de trabajo urbano: a) Grupo 1 (G1) - las ocupaciones del sector moderno/formal, con un predominio de relaciones laborales asalariadas, b) Grupo 2 (G2) - las ocupaciones del sector tradicional/informal productivamente articuladas con el G1, y c) Grupo 3 (G3) - las ocupaciones del sector tradicional/informal, con el predominio del empleo por cuenta propia. El análisis permitió el cruce de los tres grupos con los sectores de actividad económica. Los principales resultados indican que la subcontratación no ha contribuido para el incremento de la desigualdad socioeconómica en los mercados de trabajo de ambas áreas metropolitanas. Cabe resaltar el fuerte crecimiento del sector de servicios en el G1, lo que significa una mayor "modernización" de estos dos mercados de trabajo.

Palabras clave: Subcontratación (tercerización). Desigualdad socioeconómica. Mercado de trabajo. Informalidad. Metrôpolis brasileñas.

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva, as novas tecnologias, as mudanças nas políticas econômicas, as novas estruturas regulacionais e as relações de trabalho, entre outras, foram bastante analisadas nessas últimas décadas, e muito se correlacionou essas mudanças com uma maior polarização socioeconômica nos mercados de trabalho dos países em geral. O objetivo deste artigo é analisar o impacto do processo de terceirização empresarial sobre os mercados de trabalho metropolitanos de Belo Horizonte (RMBH) e Salvador (RMS). A escolha da terceirização decorreu de dois fatores básicos. O primeiro diz respeito à capacidade desse processo de produzir maior heterogeneidade em termos socioeconômicos, à medida que desloca parcelas de produção e emprego de empresas mais estruturadas para as menos estruturadas, resultando na redução não apenas dos salários de parcelas dos trabalhadores, mas também do acesso a garantias sociais tais como a carteira de trabalho assinada, entre outros. O segundo se explica pelo desigual processo de desenvolvimento brasileiro, fortemente pautado pela relação “moderno e tradicional” nos mercados de trabalho urbanos, onde o tradicional pouco se articulava ao moderno. Com a terceirização esse processo se tornou mais difuso, pois uma parcela do informal/tradicional realizou essa articulação (OLIVEIRA, 2010).

A terceirização, no caso brasileiro, foi mais intensa nos anos 90 como decorrência de múltiplos fatores, entre eles a estabilização inflacionária, maior abertura comercial e financeira, valorização cambial. Esse processo se iniciou no setor industrial e atingiu todos os demais, inclusive o público. As hipóteses que permeiam este artigo são de que a terceirização sinaliza uma maior heterogeneidade para o mercado de trabalho urbano, pois amplia a heterogeneidade em todos os setores de atividade econômica, além de ressaltar que a dicotômica relação desses mercados de trabalho se desfaz. A heterogeneidade aqui se refere à polarização da renda e acesso aos direitos trabalhistas.

A escolha das regiões metropolitanas justifica-se por algumas razões, entre elas o fato de serem espaços inseridos em duas grandes regiões (Sudeste e Nordeste) com diferentes estruturas produtivas, notadamente o maior peso relativo da indústria na região de Belo Horizonte e de serviços em Salvador. Desde meados do século passado essas regiões tornaram-se áreas de atração de atividades e de migrantes, principalmente oriundos das áreas polarizadas por elas, migração esta que fortaleceu um grande exército de reserva de trabalho parcialmente inserido no setor tradicional não capitalista. No período mais recente, com a adoção das políticas com orientação mais favorável ao mercado (abertura comercial, privatização, desregulamentação dos mercados, entre outras), essas regiões alteraram as estratégias de desenvolvimento e se lançaram de forma mais agressiva na guerra fiscal, com o intuito de se tornarem mais atrativas para a entrada de novos setores industriais e de serviços (OLIVEIRA, 2010). Além disso, as duas metrópoles apresentaram um dinamismo econômico acima da média nacional, sendo este mais um fator que favorece a análise do processo

de terceirização viabilizado pelas empresas privadas e públicas, pois permite melhor inferir se a terceirização polariza ou não os mercados de trabalho metropolitanos em contextos dinâmicos.

Este artigo está organizado em três seções, além desta introdução. A primeira apresenta um breve histórico sobre as duas regiões metropolitanas aqui selecionadas. A segunda propõe uma metodologia a partir da construção de grupos ocupacionais e setores de atividades econômicas. A terceira analisa a matriz de inserção ocupacional com os setores de atividade econômica das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador no período 1995-2007 e, nessa mesma seção, são realizados os comentários finais.

1 BREVE HISTÓRICO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE E SALVADOR

A partir da década de 1970, o governo federal brasileiro, por meio de investimento produtivo direto, de incentivos fiscais e de aporte para infraestrutura, implementou um vigoroso processo de desconcentração produtiva (DINIZ, 2000). No final dos anos 70 e início dos 80, porém, presenciou-se o esgotamento do processo de substituição de importações (crise fiscal e de credibilidade dos governos autoritários, conflito distributivo, entre outros), e desde então a sociedade brasileira vivencia uma situação complexa. Esta é explicada pela herança da exclusão social vinda de um modelo de desenvolvimento em crise e também pelas profundas mudanças, como a reestruturação produtiva, a abertura comercial e financeira e a privatização, que aceleraram, principalmente, nos anos 90 e que significaram, pelo menos para a economia brasileira, baixo crescimento do PIB, do emprego e declinante inserção internacional.

Nos anos 80, o processo de reestruturação produtiva atingia parcialmente as empresas, e, dentro destas, a difusão ainda era restrita a algumas áreas (recrudesceu nos anos 90 e atualmente apresenta sinais de relativo amadurecimento). A crise por que passa a economia brasileira, desde o início dos anos 80, e os fatores salientados anteriormente causaram forte impacto no setor industrial brasileiro, acarretando o fechamento de unidades industriais tradicionais e o relativo empobrecimento tecnológico do parque industrial brasileiro. Esse quadro intensificou-se nos anos 90, quando foram reorganizadas aquelas indústrias mais competitivas, alterando os perfis ocupacionais, tecnológicos e espaciais, notadamente nas regiões metropolitanas (KLINK, 2001; RIBEIRO, 2000; OLIVEIRA *et al.*, 2003).

É importante lembrar que, no Brasil, a heterogeneidade do mercado de trabalho é um problema histórico-estrutural, que já estava presente antes da crise que atingiu a economia mundial. Assim, os problemas decorrentes dos novos paradigmas, da abertura dos mercados e da globalização financeira dos anos 90 se superpõem aos problemas do atraso dos anos anteriores – alto grau de informalidade e precariedade das relações de trabalho, desigualdade social, deficiências no sistema de proteção social, reduzido nível de escolaridade média da força de trabalho (OLIVEIRA *et al.*, 2003).

Por outro lado, na atual configuração, metrópoles como Belo Horizonte e Salvador, além da expansão de sua rede de cidades de porte médio, elas próprias se expandem. Dentro da área metropolitana de Belo Horizonte, por exemplo, destacam-se pela dimensão econômica cinco municípios: Belo Horizonte, Contagem, Betim, Santa Luzia e Nova Lima:

A Área Metropolitana de Belo Horizonte alcançou a população de 3,8 milhões de habitantes em 1996 [...] Foi uma das poucas regiões que teve seu emprego formal ampliado entre 1986 e 1996 [...]. A importância de Belo Horizonte como centro de serviços, a base acadêmico-universitária e de pesquisa, o parque industrial já instalado no seu entorno, a possibilidade de integração produtiva nos segmentos da metal-mecânica, a proximidade de São Paulo e do Rio de Janeiro [...] indicam o grande potencial de expansão econômica de Belo Horizonte (DINIZ, 2000, p.49-50).

Entretanto, a “metropolização” de Belo Horizonte teve como determinante as profundas transformações que ocorreram na década de 1940. Nessa década, foi constituída a Cidade Industrial de Contagem e o complexo turístico da Pampulha, em Belo Horizonte. Também nessa década foi construída a moderna avenida Antonio Carlos, que conectava o centro da capital à região da Pampulha. Essas políticas potenciaram a expansão do eixo oeste (industrial), principalmente com o crescimento das cidades de Contagem e Betim, e o eixo norte, região periférica em que predominam as cidades-dormitório, ou seja, a moradia da população, onde prevalece a baixa renda, baixa escolaridade, entre outros. A partir da década de 1950, o crescimento econômico e o demográfico aceleram bastante e, particularmente nessa década, a taxa de expansão demográfica foi de aproximadamente 6% ao ano. Em vinte anos, a população da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) saltou de 500 mil para 1,5 milhão de habitantes. Os anos 1950/60 significaram, em Minas, o início da industrialização pesada, com novos subsetores, a saber, minerais não metálicos (cimento e cerâmica), a refinaria da Petrobras em Betim, a expansão dos subsetores de alimentos e têxtil, a expansão da siderurgia, entre outros.

Mas foi a década de 1970, com a “nova industrialização mineira” (DINIZ, 1981), que potenciou maior articulação entre os subsetores industriais, principalmente com a chegada da FIAT Automóveis. A indústria automotiva tem sido um dos carros-chefe da modernização industrial brasileira. A implantação dos complexos automobilísticos no Estado de São Paulo representou, dentro dos parâmetros fordistas vigentes até os anos 70, a possibilidade de desenvolvimento desse sistema produtivo e tecnológico, ampliando os níveis de emprego e renda (MEINERS, 1999). Até a década de 1970, as indústrias automobilísticas estavam concentradas praticamente apenas no ABC paulista. Até meados dessa década, a RMBH apresentava uma especialização produtiva nas indústrias de bens não duráveis de consumo – têxtil e alimentos, e na de metal-mecânica e de minerais não metálicos (DINIZ, 2000). A cidade de Contagem constituía o maior polo industrial da região. No início dos

anos 70, a FIAT Automóveis se instalou em Betim e alterou significativamente o perfil da indústria local e sua relação com o espaço econômico global, ampliando e modernizando a matriz industrial da RMBH, passando a articular novos setores industriais e de serviços no seu entorno. Inegavelmente, essa região polarizou e ampliou sua inserção no espaço econômico nacional. Naquele momento, os grupos industriais locais e internacionais buscavam, de maneira geral, uma nova perspectiva de inserção na economia global, a partir da realidade regional/local (PIQUET, 1996; NEVES, 1999).

Também é importante destacar que, no final dos anos 60 e início dos 70, grandes investimentos em transportes, energia e siderurgia foram viabilizados no Estado de Minas Gerais, em geral quase todos liderados pelas estatais. Esses investimentos favoreceram a consolidação e a ampliação de um moderno setor de serviços altamente concentrado na cidade de Belo Horizonte. Toda essa ampliação e modernização da estrutura produtiva significou a continuidade de um intenso processo de crescimento demográfico, via forte fluxo migratório, oriundo, em sua maior parte, do próprio Estado de Minas Gerais. Isso ampliou a preocupação com a questão metropolitana e mobilizou os poderes públicos para a criação de um planejamento mínimo da região metropolitana, o que foi facilitado com a promulgação, em 1973, da Lei Federal Complementar n.º 14, que regulamentava as regiões metropolitanas brasileiras. Assim, foi criado o Plano Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL) em 1974, que daria apoio técnico aos Conselhos Deliberativo e Consultivo da região metropolitana.

A década de 1980, com a crise econômica e as rápidas mudanças nas taxas de fecundidade, presenciou a redução do crescimento demográfico. Desde os anos 50, a articulação da indústria, dos investimentos estatais e do capital imobiliário foi determinante para a estruturação do território da RMBH até a década de 1980, e potencializou a expansão dos principais eixos dessa região (oeste e norte). Os anos 80 registraram o crescimento imobiliário de baixa renda no eixo norte e também nos espaços mais periféricos, além dos investimentos de alta renda nas áreas mais próximas ao centro de Belo Horizonte e também nos condomínios fechados do eixo sul, principalmente na cidade de Nova Lima. Nessa década, o planejamento e a gestão metropolitana começaram a ser desmontados, com a redução dos recursos públicos e o esvaziamento das instituições responsáveis por esse planejamento e gestão, no caso da RMBH, o Plambel. E ainda:

A dinâmica socioeconômica da RMBH foi alterada dramaticamente nos anos 1990, seja pelo processo de privatização das empresas estatais, pela maior abertura comercial, pela crise fiscal do setor público, pelos programas de estabilização, valorização cambial entre 1994 e 1999, pelas elevadas taxas de juros e conseqüentemente baixo crescimento econômico, entre outros fatores, acarretando uma redução relativa da importância do setor industrial e um elevado crescimento do desemprego. As áreas mais atingidas, social e economicamente, por essas mudanças foram os vetores oeste (a região mais

industrializada) e o norte (onde prevalecem as cidades-dormitório), pois apresentaram expressivo crescimento do desemprego, da informalidade e da criminalidade (ANDRADE, 2009, p.6).

No final da década de 1980 e na de 1990, o desempenho industrial da RMBH teria sido pior não fosse o processo de “mineirização dos fornecedores” da FIAT Automóveis, internalizando nessa região uma grande quantidade de fornecedores de primeira e segunda linhas (OLIVEIRA, 1999). Isso impactou positivamente o desempenho do crescimento do PIB metropolitano, como salientam Andrade e Serra (1998) e Lemos *et al.* (2003). Numa análise comparativa entre as regiões metropolitanas brasileiras, entre 1985 e 1996, o PIB da RMBH apresentou o segundo melhor desempenho, atrás somente da região metropolitana de Belém e à frente da de Curitiba. As taxas foram, respectivamente, de 58,9%, 54,5% e 46,7% para todo o período e, a título de ilustração, a taxa de São Paulo foi de 33,6%. Segundo Lemos (2006), no início da atual década e utilizando os dados de 2001 a 2004, as regiões metropolitanas perderam uma ligeira participação no PIB nacional, embora três ampliaram a participação no PIB, a saber: Curitiba, com o melhor desempenho, seguida de Brasília e de Belo Horizonte. Segundo esse autor, o desempenho de Curitiba e de Belo Horizonte se deve, parcialmente, à proximidade dessas duas regiões com a RMSP, pois apresentam vantagens que podem ser exploradas devido à possibilidade de maior integração produtiva inter-regional com a indústria paulista (LEMOS, 2006). É importante destacar, entretanto, que essa vantagem de maior proximidade deve pressupor ótima infraestrutura física e de conhecimento, além de um bom nível de desenvolvimento urbano.

A partir dos anos 80, com o início da nova configuração industrial comentada anteriormente, a Região Metropolitana de Belo Horizonte teve seu peso econômico expandido em relação ao estado e ao país. Teixeira e Souza (2000) afirmam que, a partir do quadro econômico próprio dos anos 80, o processo de urbanização se modifica. Nos anos 70, na metropolização, intensificam-se processos de conurbação entre municípios que se confundem por formar uma Aglomeração Metropolitana (ou Aglomerado Metropolitano). Ao mesmo tempo em que concentram população, esses municípios perdem sua autonomia. Este Aglomerado Metropolitano se constitui incorporando novas áreas em Contagem, Betim e Ribeirão das Neves e, dez anos depois, se estende para Santa Luzia, Vespasiano e Betim, como um todo. Em 1970, a população da RMBH era de 1,6 milhão; em 1980, salta para 2,5 milhões; e, em 1991, para 3,3 milhões; em 2010, essa população se aproxima de 5 milhões (4.883.970 segundo o Censo de 2010 do IBGE). Quando se observa a expansão do Centro Metropolitano, o que está em jogo, além do crescimento demográfico, é a consolidação da economia regional e sua relação com a maneira como a cidade se forma e se transforma por meio da ação dos atores sociais. Segundo Teixeira e Souza, “atividades econômicas e moradia são dois aspectos desse processo, que enseja a diferenciação espacial, determinando igualdades e desigualdades” (TEIXEIRA; SOUZA, 2000, p.298).

Desde 1974, a RMBH vem se reconfigurando em termos de tamanho de municípios e, conseqüentemente, de área. A Constituição Estadual de 1989 incorporou quatro municípios aos quatorze anteriores e, desde então, os processos de emancipação de distritos e de incorporação de novos ampliaram o número de municípios da RMBH para 34. Essa ampliação também significou maior heterogeneidade no tocante à estrutura socioeconômica, à densidade populacional e à polarização em relação à cidade de Belo Horizonte, entre outros fatores.

Quanto à Região Metropolitana de Salvador (RMS), Souza (2004) afirma que esta pode ser considerada atípica em relação às demais regiões metropolitanas brasileiras, e isso em decorrência dos seguintes fatores: a) em primeiro lugar, a autora afirma que a RMS foi constituída bem antes da institucionalização federal das Regiões Metropolitanas (RMs), o que também ocorreu em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre; b) a entidade metropolitana com jurisdição sobre a RMS não se limitou às atividades de planejamento, mas, ao contrário, sempre exerceu papel ativo na execução de obras físicas e de infraestrutura no espaço metropolitano; c) a RMS tinha sete dos seus oitos municípios considerados como áreas de segurança nacional, o que significou que seus prefeitos eram nomeados e não eleitos pelo voto popular; d) a RMS registra um grau de desequilíbrio econômico e espacial muito maior do que as demais RMs do país; e) a entidade metropolitana não só sobreviveu como teve seu poder e espaço de atuação ampliados após a redemocratização, contrariando o padrão das demais RMs, que ou entraram em crise/decadência, ou foram extintas no início dos anos 90 (SOUZA, 2004).

Com relação à inserção da Bahia e de Salvador no processo de urbanização do país, pode-se afirmar que isto ocorreu após um longo período de decadência e estagnação econômica desses espaços, sendo esta inserção bastante lenta em relação a outros estados e capitais (SOUZA, 2004). De forma semelhante à RMBH, a atual configuração da RMS é resultado de políticas federais e estaduais que iniciaram nos anos 50. No caso da RMS, a modernização e a aceleração do crescimento ocorreu com a construção do Centro Industrial de Aratu (CIA), da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), da Petrobras, do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) e de toda a infraestrutura de apoio a esses empreendimentos. A entrada em operação desses complexos industriais, a partir da década de 1950, mudou profundamente a estrutura econômica, política e social da região, distanciando ainda mais a RMS do lento processo de crescimento econômico e demográfico das demais regiões da Bahia.

Apesar da abertura, na década de 1990, de novas atividades econômicas fora da RMS, e de a Bahia ter hoje um território mais urbano que rural, o município típico desse estado apresenta uma população, em geral, com menos de 5 mil habitantes. Essa característica, para Souza (2004), restringe a possibilidade de o estado baiano produzir uma rede de cidades intermediárias, capazes de interiorizar o desenvolvimento e diminuir o peso populacional e econômico de Salvador. Originalmente, a RMS foi constituída por oito municípios, a saber: Salvador, Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro

de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Nos anos 80, dois outros municípios passaram a fazer parte dessa região e ambos pela emancipação de distritos pertencentes a Camaçari e Salvador, respectivamente, Dias D'Ávila e Madre de Deus. Os municípios da RMS, com exceção de Salvador, ocupam uma extensão geográfica grande, mas de baixa densidade populacional, onde se localizam os principais investimentos industriais, as atividades extrativas e os empreendimentos infraestruturais de porte. Nesses municípios, encontram-se a Refinaria Landulpho Alves, da Petrobras; o Centro Industrial de Aratu, o Complexo Petroquímico de Camaçari e a metalurgia do cobre (Caraíba Metais) (SOUZA, 2004).

Segundo Souza,

O desenvolvimento da RMS se confunde com o da cidade de Salvador. Até as primeiras décadas do século XX, a única atividade econômica de porte na área de influência de Salvador era a agricultura de exportação. Nesta, cada subsistema econômico – açucareiro, cacauzeiro, fumageiro – era independente, apresentando poucas relações de troca entre si e nenhuma complementaridade, fazendo de Salvador um centro econômico apenas na medida em que a cidade era o enlace de cada subsistema com o exterior. A importância de cada subsistema era dada pelos preços, no mercado internacional, dos respectivos produtos. Assim, como complemento à sua função de servir à atividade agroexportadora e devido à localização de seu porto, reforçaram-se na capital as funções administrativas e financeiras da região, polarizando boa parte das regiões interioranas (SOUZA, 2004, p.74-75).

Historicamente, Salvador e a economia baiana, desde a mudança da capital colonial, experimentaram uma lenta estagnação. Esta começou a ser superada na década de 1950, com o início da exploração do petróleo na região do Recôncavo Baiano, próximo a Salvador, e que por quase três décadas foi a maior área produtora do país. Essas circunstâncias fizeram com que a Petrobras viabilizasse importante volume de investimentos na economia baiana, elevando o emprego industrial, a massa de salários e o montante de renda, atraindo importantes indústrias complementares à Petrobras, além do estímulo ao crescimento da construção civil, do comércio e do setor de serviços, inclusive a parcela moderna desse setor. Esse processo desencadeou um forte crescimento populacional, fortalecendo os vínculos migratórios do interior do estado com a capital, constituindo, dessa forma, a atual Região Metropolitana de Salvador. É importante ressaltar que, nos anos 60, a RMS já recebia investimentos industriais com incentivos da SUDENE. Mas foi realmente nos anos 70 e parte dos 80, a partir dos pesados investimentos do II PND, aproveitando de vantagens locacionais, que foi instalado um dos mais modernos polos petroquímicos do país, o polo de Camaçari. Esse polo foi extremamente relevante, pois se tornou o principal ramo de atividade da RMS, estabelecendo uma nova dinâmica de crescimento e diversificação de sua estrutura produtiva. Segundo Carvalho, Almeida e Azevedo (2001),

Esses fenômenos tiveram um impacto extraordinário sobre os municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e, especialmente, sobre a velha capital baiana. Em 1950 a cidade possuía apenas 393 mil habitantes. Entre 1950 e 1970, esta população mais que duplicou, atingindo 1 milhão de pessoas. Nas décadas seguintes, as taxas de crescimento começam a diminuir, mas muito lentamente, situando-se ainda entre 3 e 4% ao ano. Com isso a população atingiu quase 1,5 milhão em 1980 e superou os 2 milhões no início dos anos 90. Em 2000, seus 2,5 milhões de habitantes se somam aos mais de 600 mil residentes de outros municípios da sua Região Metropolitana, formando – em termos demográficos – um dos seis mais importantes mercados regionais do país. Como em outras regiões metropolitanas brasileiras, na década de 90, a população cresce muito mais nas áreas periféricas do que nas zonas centrais, com implicações muito importantes em termos das pressões sobre a infraestrutura urbana e as necessidades sociais (CARVALHO; ALMEIDA; AZEVEDO, 2001, p.96).

A configuração espacial da metrópole se alterou bastante nesse período de forte crescimento econômico. A expansão dos setores industriais e de serviços ocorreu num contexto de uma região urbana extremamente pobre e polarizada, pautada durante um longo período por uma significativa estagnação, o que favoreceu o engajamento de determinados segmentos sociais na transformação desse espaço. A rapidez dessas mudanças, associada aos interesses econômicos locais e externos (grande capital oligopólico), potencializou importantes investimentos em infraestrutura, os denominados grandes vetores da expansão urbana. Esta ocorreu num contexto autoritário e excludente, com importante apoio dos interesses do capital imobiliário. As intervenções urbanas ampliaram o sistema viário, alijaram a população pobre das áreas nobres (erradicação das invasões populares na orla marítima) e favoreceram a infraestrutura articulada aos interesses dos segmentos de mais elevada renda e aqueles vinculados ao turismo (BRANDÃO, 1981; SOUZA, 2004).

A produção desse espaço urbano industrial, de serviços e de moradia, conformou, segundo Carvalho, Almeida e Azevedo (2001), três vetores diferentes de crescimento da RMS, a saber: “a orla marítima norte, o ‘miolo’ e o subúrbio ferroviário no litoral da Baía de Todos os Santos” (CARVALHO; ALMEIDA; AZEVEDO, 2001, p.96). A orla é a região nobre, onde se concentram as moradias, os serviços sofisticados, o turismo e o lazer do segmento de mais elevada renda; ou seja, é onde se concentram os mais significativos investimentos públicos e que se vinculam aos interesses do capital mercantil local. O segundo eixo, mais ao centro do município, foi ocupado dentro da lógica dos investimentos habitacionais vinculados à classe média, e no caso da RMS de menor renda média, definidos na época pelo Sistema Financeiro da Habitação. Por fim, o que a autora denominou de “subúrbio ferroviário” e que se transformou na área de maior acúmulo de problemas sociais de uma região metropolitana, a saber: precariedade e risco das habitações, pobreza e indigência elevadas, criminalidade e insuficiente infraestrutura socioeconômica (FRANCO; SANTOS; GABRIELLI, 1998;

CARVALHO; PINHO, 1996; SOUZA, 2004). Isso significa um território de segregação socioeconômica, que se consolidou e intensificou no exato momento do processo de crescimento e “modernização” da RMS.

A dinâmica e as transformações assinaladas refletiram-se igualmente sobre a estrutura ocupacional e social da cidade e da sua região. Apesar dos seus reduzidos vínculos com os demais setores da economia baiana, os investimentos industriais na RMS, concentrados na petroquímica, estimularam, direta e indiretamente (via gasto público estadual e transferências federais), o surgimento de novas atividades e a expansão e a modernização de outras. A administração pública ganhou maior peso, o varejo acelerou sua renovação com a multiplicação de *shopping centers* e supermercados, os serviços de consumo coletivo (notadamente educação e saúde) e outros serviços de consumo intermediário ou final (engenharia, transporte, telecomunicações) conheceram significativo desenvolvimento. Com isso, as atividades agropecuárias perderam qualquer importância na RMS, enquanto o emprego urbano avançou em participação, com o surgimento de novas empresas e a criação de várias instituições públicas, estatais ou sociais, concentradas em Salvador (CARVALHO; ALMEIDA; AZEVEDO, 2001, p.97).

O segmento médio, com o crescimento da RMS, cresceu e se diversificou, favorecendo a ampliação de serviços modernos, que demandam elevadas qualificações, o que acaba promovendo o fortalecimento das classes médias, que no contexto da RMS eram bastante reduzidas. O resultado sobre a estrutura ocupacional foi o crescimento dos empregados de escritório e uma maior demanda de técnicos e profissionais de qualificação superior, como administradores, economistas, engenheiros, contadores, advogados, professores e profissionais de saúde. Cabe ressaltar que o emprego na indústria de transformação cresceu, porém a uma taxa muito baixa, pois o setor moderno é altamente intensivo em capital. Refletindo sobre o Complexo Petroquímico de Camaçari, percebe-se que, apesar do peso econômico da atividade, os empregos diretos e indiretos são muito pequenos, e a parcela de trabalhadores ocupados na indústria é muito mais reduzida em Salvador do que nas outras metrópoles brasileiras (CARVALHO; PEREIRA, 2009; CARVALHO; ALMEIDA; AZEVEDO, 2001).

Associado ao baixo crescimento das ocupações nos setores modernos, as peculiaridades do crescimento regional e brasileiro significaram forte migração para a RMS. Essa migração elevada se pautou nos atributos de baixa escolaridade e qualificação, população mais jovem, entre outros. Esse típico processo de polarização foi um pouco mais forte na RMS nos anos de 1960 a 1990, notadamente pela redução dos fluxos migratórios para a região Sudeste e as especificidades da estrutura produtiva baiana, pautadas por atividades muito intensivas em capital/tecnologia (CARVALHO; PEREIRA, 2009).

É importante destacar que a expansão e a diversificação da estrutura produtiva da RMS e o processo de crescimento que persistiu até meados da década de 1980 ampliaram as oportunidades de trabalho e obtenção de renda, com o crescimento

do emprego formal e das remunerações oferecidas em alguns setores, configurando uma tendência de maior integração social. Mas o esgotamento da “industrialização por substituição de importações” também mudou a realidade econômica da RMS. O avanço da crise nos anos 90, o ajuste e as transformações dele decorrentes afetaram negativamente a economia regional, interrompendo a frágil estruturação do mercado de trabalho iniciada nas décadas anteriores, reforçando características da estrutura ocupacional associadas – nos anos 60/70 – ao atraso da região que, supostamente, seriam superadas com o avanço da industrialização: o desemprego estrutural, a informalidade e a tendência à queda nos rendimentos reais dos trabalhadores. O atual modelo de desenvolvimento da região se baseia nos setores industriais, nos setores públicos e de serviços, com destaque para o turismo, e todas essas atividades passaram a predominar sobre a agroexportação. Mas é importante destacar que esse modelo é resultante “do impulso da ação governamental, e não da reativação do modelo econômico antes existente” (SOUZA, 2004, p.75).

Carvalho e Pereira (2009) afirmam que:

É importante discutir o papel dos novos investimentos industriais da Ford, e seus desdobramentos devem implicar um impacto equivalente a algo entre 5% a 13% do PIB baiano, por volta de 2006 (ALBAN, 2000). Dito isso, é necessário reafirmar que o foco de uma estratégia de desenvolvimento para Salvador não pode ser o crescimento industrial. Os dados de estudos, como os de Da Cruz e Menezes, comprovam o que seria de se esperar para uma metrópole regional – a economia de Salvador é uma economia de serviços em transição de atividades de consumo corrente e local para atividades superiores exportáveis: serviços prestados às empresas, serviços sociais (saúde e educação), produção de conhecimento, cultura e turismo. Felizmente, com o acúmulo das evidências, políticos e estudiosos de Salvador começaram a se convencer, ainda que lentamente, de que é possível pensar o desenvolvimento da cidade de forma relativamente autônoma, em relação ao parque industrial da RMS. A tradicional intervenção do governo estadual nos segmentos do turismo e entretenimento (reforçada pelo recente apoio ao seu *clustering*) e sua política de incentivos fiscais para a atração de empresas de telemarketing (*call centers*) foram dois exemplos de políticas alternativas, baseadas em vetores de serviços. Trata-se de seguir adiante nessa direção e, tendo em vista seu papel essencial, propor uma política específica para os segmentos de serviços prestados às empresas e, notadamente, para os serviços empresariais intensivos em conhecimento (CARVALHO; PEREIRA, 2009, p.40).

Por fim, a RMS recuperou um maior dinamismo desde o final dos anos 90, no exato momento em que o país passava por uma recessão mais forte. Esse comportamento deve-se, em parte, ao crescimento da economia baiana que, segundo o Boletim Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (2007), ampliou a participação dessa economia no PIB nacional. Ademais, esse estudo indica uma ligeira desconcentração do PIB para algumas regiões do interior do

estado (extremo sul, Vitória da Conquista, oeste, entre outras) e um importante deslocamento da indústria intrametrópole, pois a participação relativa de Salvador caiu pela metade, ampliando significativamente os percentuais de Camaçari (novas instalações da Ford) e São Francisco do Conde.

2 CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA A PARTIR DE GRUPOS OCUPACIONAIS E SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

A economia brasileira apresentou um intenso crescimento econômico durante quase todo o século XX. O período de maior dinamismo ocorreu entre 1930 e 1980, quando as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) aproximaram-se de 7% ao ano e, comparativamente ao restante do mundo, o Brasil foi um dos países que mais cresceu naquele século. O parque produtivo brasileiro, compreendendo complexa e diversificada planta industrial, já estava quase plenamente constituído ao final dos anos 70 (OLIVEIRA, 1996). Esse processo de desenvolvimento brasileiro, desde 1930, foi alterando de maneira substantiva a composição do mercado de trabalho nacional. À medida que se avançava no processo de industrialização, não apenas o emprego industrial se expandia, mas também se consolidava um complexo de serviços públicos e privados, além dos tradicionais. O aprofundamento da industrialização e o rápido crescimento da economia, no período 1930-80, não viabilizaram uma maior estruturação do mercado de trabalho urbano nacional, devido ao intenso fluxo migratório rural-urbano ocasionado pela ausência de uma reforma agrária e pela modernização da parcela do setor rural voltada principalmente para o mercado externo. O rápido assalariamento estabelecido a partir do setor moderno urbano foi incapaz de absorver tal fluxo migratório, fazendo com que o excedente da força de trabalho se inserisse no setor terciário tradicional.

Segundo Dedecca (2002),

As atividades consideradas modernas (capitalistas) mantinham relações tênues com as atividades atrasadas (sobrevivência), através do circuito de renda-consumo [...] As atividades capitalistas apareciam como um núcleo que tinha capacidade de se reproduzir ampliada e rapidamente, bem como de sustentar uma gama de atividades de baixa produtividade, na qual se inseria o excedente de força de trabalho com tradição recente no meio urbano. Esse processo era reforçado pela desfavorável distribuição de renda que viabilizava a reprodução de formas de consumo que alimentava todo um conjunto de atividades de serviços pessoais e o emprego doméstico (DEDECCA, 2002, p.61).

Assim, o crescimento do moderno não significou o desaparecimento nem a desfuncionalidade do tradicional; ao contrário, a modernização se caracterizou, principalmente, pela função de transição ocupacional para aqueles oriundos do rural e dos trabalhadores que “rodavam pelo moderno” (CARVALHO, 2004). O processo de desenvolvimento gerava maior heterogeneidade da estrutura produtiva e do mercado de trabalho, estando as atividades tradicionais subordinadas às modernas.

Se, nos anos 70, o crescimento do emprego no setor moderno conseguiu reduzir a dimensão do setor tradicional, com a crise da economia brasileira e mundial no final dos anos 70 em diante, essa configuração de mercado de trabalho se alterou de maneira mais complexa (DEDECCA, 1998).

A crise brasileira iniciada nos anos 80 produziu não apenas taxas de desemprego maiores, mas também a perda de dinamismo da indústria, além de um forte processo de reestruturação desse setor. Isso significou, inicialmente, a incorporação, por parte do setor tradicional, dos desempregados do moderno, tornando-o uma espécie de “colchão amortecedor”. Posteriormente, como decorrência da reestruturação produtiva (subcontratação/terceirização), a configuração dual (moderno/atrasado) foi desfeita, pois nesse momento uma parcela do setor tradicional articulava-se com o moderno para atender ao objetivo da racionalização (redução de custo) desse setor, sem que a configuração da informalidade do tradicional fosse desfeita (DEDECCA, 2002; CARVALHO, 2004; OLIVEIRA, 2010).

Nos anos 90, vários processos econômicos e políticos afetaram profundamente a sociedade brasileira e a estruturação do mercado de trabalho no país. O fraco desempenho da economia, somado ao reordenamento da estrutura produtiva em vários segmentos e à perda de capacidade de expansão do emprego público, resultou no crescimento do desemprego e na destruição de muitas das relações formais de emprego no território nacional, fragilizando ainda mais um mercado de trabalho caracterizado pela flexibilidade de contratação e uso do trabalho, pela alta rotatividade e por baixas remunerações da maior parte dos assalariados (OLIVEIRA, 2010). Como consequência das transformações econômicas dessa década, aprofunda-se o processo de informalização e precarização das relações de trabalho, já que as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho ou de reemprego levam tanto à aceitação de contratos mais precários, quanto à adoção de estratégias de sobrevivência marcadas pela vulnerabilidade e pela ausência de proteção social, seja previdenciária, seja com relação a demissões ou acidentes de trabalho (CACCIAMALI, 2005). Simultaneamente, ocorre uma modificação na estrutura de absorção de mão de obra do país, pois o setor terciário passa a representar parcelas crescentes da oferta de postos de trabalho, em geral, com piores remunerações e mais precários comparativamente às ocupações do setor secundário. Entretanto, mesmo se expandindo, o setor de serviços não esteve isento do processo de eliminação de postos de trabalho, como no caso da informatização das operações bancárias, que resultou em um grande número de demissões nesse ramo, o que significa que o processo de inovação tecnológica atingiu a economia nacional em conjunto, mas teve efeitos diversos sobre cada um de seus subsetores.

Pelo cenário descrito anteriormente, a construção de uma proposta metodológica, neste artigo, exige considerar, como propõe Dedecca (1998), a necessidade de abarcar a intensa complexidade do mercado de trabalho urbano e das novas categorias de inserção nesse mercado. Com esse objetivo, Dedecca (1998) propõe uma nova categorização das inserções no mercado de trabalho urbano, quais

sejam: a) Grupo 1 (G1) – ocupações do setor moderno/formal, com predomínio do assalariamento nas relações de trabalho; b) Grupo 2 (G2) – ocupações do setor tradicional/informal articulado produtivamente com o Grupo 1; e c) Grupo 3 (G3) – ocupações do setor tradicional/informal, com o predomínio de trabalho não assalariado e que se articula com o G1 através do circuito da renda (DEDECCA, 1998; CARVALHO, 2004). O quadro 1 apresenta em detalhes como foram definidos os grupos de inserção ocupacional dos mercados de trabalho metropolitanos a partir da metodologia e dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

QUADRO 1 - GRUPOS DE INSERÇÃO OCUPACIONAL NÃO AGRÍCOLA, DA PEA (DEZ ANOS E MAIS), DESEMPREGADOS E OCUPADOS URBANOS

GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3
Setor Público Estatutários + outras formas de contratação de todos os setores de atividade	Empregador com até 5 empregados Empregados C/C até 5 empregados Indústria de Transformação Serv. Industriais de Util. Pública	Empregado doméstico Trabalhador sem rendimento (todos os setores) Conta própria que trabalha em local fixo – loja, etc. e conta própria que trabalha com equipamento
Setor Privado Empregador com 5 e + empregados Empregados C/C 5 e + empregados Indústria de Transformação Construção Civil Serv. Industriais de Util. Pública Terciário para empresas Terciário para comunidade Terciário para pessoas	Terciário para empresas Terciário para comunidade Empregados S/C até 5 empregados Indústria de Transformação Serv. Industriais de Util. Pública Terciário para empresas Terciário para comunidade Conta própria que trabalha em local fixo – loja, etc. e conta própria que trabalha com equipamento	automotivo Construção civil Terciário para pessoas Conta própria – Ambulante que trabalha no próprio domicílio ou em local determinado pelo empregador, ou no domicílio do empregador e outros conta própria (todos os setores de atividade)
Empregados S/C 5 e + empregados Indústria de Transformação Construção Civil Serv. Industriais de Util. Pública Terciário para empresas Terciário para comunidade Terciário para pessoas	Indústria de Transformação Serv. Industriais de Util. Pública Terciário para empresas Terciário para comunidade	Empregados C/C até 5 empregados Empregados S/C até 5 empregados Empregador com até 5 empregados Construção civil Terciário para pessoas

FONTE: Elaboração própria e versão modificada de DEDECCA (1998)

NOTA: Foram excluídos dessa categoria Outros Ocupados, com renda ignorada.

Essa categorização, segundo Dedecca (1998), se aproxima das inovações introduzidas pela PNAD para os anos 90, e essa metodologia “parte de dois vetores de análise [...] o primeiro vincula as relações de produção com as relações de trabalho” (DEDECCA, 1998, p.3); ou seja, os melhores postos vinculam-se ao setor moderno/capitalista (grande empresa e setor público) e os precários, ao tradicional (emprego doméstico, ambulantes, entre outros); e o segundo contempla “um conjunto de variáveis que possam informar características próprias da ocupação, que visam obter algum indicador de disfunção entre a ocupação exercida e as características individuais ou os resultados obtidos com a atividade produtiva (rendimento)” (DEDECCA, 1998, p.4).

Abrindo a possibilidade de cruzamentos entre os três grupos e os setores de atividade econômica, essa análise torna-se ainda mais enriquecedora quando opta por reclassificar o setor de serviços segundo a sua própria demanda, subdividindo-o

em três categorias¹: a) serviços prestados à comunidade; b) serviços prestados às empresas; e c) serviços pessoais (DEDECCA; MONTAGNER, 1992; CARVALHO, 2004). Os cruzamentos derivados dessa metodologia permitem delinear com muito mais riqueza de detalhes os impactos da reestruturação produtiva e das políticas públicas sobre a (re)configuração dos mercados de trabalho metropolitanos. Dessa maneira, a breve discussão sobre reestruturação produtiva, ressaltando a terceirização, e os impactos sobre os mercados metropolitanos de trabalho serão assim considerados:

- a) a racionalização do setor industrial e da construção amplia o número de ocupados desses setores no G2, e esse processo será mais intenso quanto menor for o crescimento do PIB e maior a valorização da taxa de câmbio (exceto no setor da construção);
- b) se houver expansão dos ocupados do “serviços às empresas” no G2, podemos considerar como resultante do processo de reestruturação/ racionalização e/ou do reduzido crescimento do PIB. Assim, se num determinado período de maior crescimento do produto houver expansão dos ocupados desse subsetor, poderemos considerar como *proxy* da racionalização em curso;
- c) o baixo crescimento, estagnação ou mesmo redução do PIB indicam limites de absorção dos ocupados no G3;
- d) a polarização do mercado de trabalho ocorrerá de maneira mais intensa quando houver crescimento relativo de ocupados no G2 e G3.

Neste artigo, optamos pelo uso da PNAD devido a algumas vantagens oferecidas por essa base: periodicidade, o que possibilita um acompanhamento mais detalhado do comportamento das variáveis; apesar de ser amostral, ela permite inferir mais amplamente sobre o mercado de trabalho comparativamente a outras bases (a RAIS, como exemplo, não abarca o trabalho informal); relativa estabilidade na metodologia de coleta dos dados, quando contemplamos dados dos anos de 1990 em diante. A periodicidade aqui selecionada – 1995 a 2007 – se justifica por ser um período sem hiperinflação, com mudanças econômicas muito mais intensas (aceleração da abertura comercial, valorização da taxa de câmbio, menor crescimento médio do PIB, maiores restrições fiscais por parte do setor público, notadamente até 2005, entre outras). Deve-se ressaltar que o ano de 2007 foi o último disponível quando se organizou essa

¹ Serviços à Comunidade, ou Terciário Comunidade, se referem aos serviços de utilidade pública, comunitários e sociais, médicos e odontológicos e de ensino, além dos serviços referentes à administração pública, à defesa e segurança.

Serviços às Empresas, ou Terciário Empresas, se referem aos serviços de comércio e mercadorias, instituições de crédito, transporte e comunicações, comércio de imóveis e outros duráveis, de alojamento e alimentação, serviços técnicos e profissionais e de reparação e conservação – sempre com foco na oferta de serviços ao produtor.

Serviços Pessoais, ou Terciário Pessoais, se referem aos serviços de comércio de mercadorias, de transportes. Comércio de imóveis e de outros duráveis, de alojamento e alimentação, de reparação e conservação, serviços pessoais, domiciliares e de diversão – sempre com enfoque na oferta de serviços aos indivíduos.

base de dados. Os dados referentes aos rendimentos da PNAD foram inflacionados/deflacionados segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE para as duas regiões metropolitanas, pois a metodologia de cálculo desse índice é comum às regiões metropolitanas aqui analisadas.

3 A MATRIZ DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS MERCADOS DE TRABALHO NAS REGIÕES METROPOLITANAS

Esta seção apresenta a análise dos impactos da terceirização sobre os mercados de trabalho das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, no período 1995-2007. Para a viabilização desse estudo, discute-se, inicialmente, a distribuição dos ocupados segundo classes de atividade econômica para as pessoas com dez anos e mais, e inseridas nesses dois mercados de trabalho. Posteriormente, apresentam-se os rendimentos dos ocupados segundo as mesmas classes de atividade. Por fim, discute-se a matriz de inserção dos grupos ocupacionais correlacionados aos setores de atividade econômica, sempre no período 1995-2007 e para as regiões metropolitanas citadas anteriormente.

Segundo a tabela 1, entre 1995 e 2003, percebe-se, para a RMBH, a redução da participação relativa nos setores da indústria de transformação e da construção civil e o crescimento do setor de serviços. A expansão desse setor decorreu da ampliação dos serviços prestados à comunidade e às empresas. Entre 2003 e 2007, e ainda considerando a RMBH, constata-se um significativo crescimento da indústria de transformação, a recuperação da construção civil e uma redução da participação relativa de todos os subsetores dos serviços. Considerando o período 1995-2007, a indústria de transformação cresceu, e a construção civil e os serviços diminuíram. Nesse setor, o subsetor empresas apresentou expressivo crescimento, e o de pessoas, uma significativa redução, no caso da RMBH. Considerando a RMS, percebem-se algumas diferenças comparativamente à RMBH. Como já apresentado anteriormente, a participação dos ocupados na indústria de transformação da RMS é menor comparativamente à da RMBH para qualquer ano aqui considerado.

É importante destacar que a variação percentual de ocupados na indústria em Salvador, no período 1995-2007, foi menor comparativamente à da RMBH, apresentando um ligeiro crescimento de 0,5 ponto percentual nesse período. A construção civil também apresentou relativa estabilidade no período 1995-2007. As maiores alterações ocorreram na distribuição dos ocupados entre os subsetores do setor de serviços, com destaque para o forte crescimento na ocupação do terciário-empresas, e o inverso, forte redução da ocupação do terciário-pessoas, para a RMS, considerando o período 1995-2007. Nesta região, o terciário-comunidade apresentou uma leve redução na participação relativa sobre o total de ocupados. Por fim, cabe destacar que a participação relativa do setor de serviços na ocupação total é superior na RMS comparativamente à RMBH; a maior contribuição dessa diferença cabe ao subsetor terciário-pessoas, com um percentual mais elevado na região de Salvador

comparativamente à região de Belo Horizonte em toda a série aqui considerada. O terciário-empresas, em ambas as regiões, apresentou expressivo crescimento em todo o período, sendo este um subsetor relevante na análise, pois detecta parcialmente o processo de terceirização viabilizado pelas transformações da organização do setor industrial e de serviços. Outro setor relevante é o terciário-pessoas, pois apresenta, em geral, níveis de informalidade superiores aos dos demais setores e subsetores, pois neste estão incluídos os conta própria/autônomos, domésticos, entre outros. A matriz industrial da RMS apresenta subsetores intensivos em tecnologia, tais como o petroquímico, o qual pode influenciar num menor percentual de ocupados na indústria. Já o terciário-pessoas é o típico setor onde se insere a maior parcela da informalidade nos mercados de trabalho, decorrência de múltiplos fatores, seja da insuficiência de postos no setor moderno, do rápido processo migratório campocidade, entre outros. A forma de articulação desse subsetor ocorre via circuito de renda-consumo (SOUZA, 1980; DEDECCA, 1998). Pelas próprias características de estruturação (baixa qualificação da mão de obra, baixa intensidade de uso de capital, entre outros fatores), o terciário-pessoas absorve grande parcela da população economicamente ativa, e os ganhos monetários dependem do comportamento do rendimento do setor moderno. Novamente é pertinente lembrar que, no período mais recente, as regiões metropolitanas estão apresentando um importante crescimento do setor industrial, além de uma incipiente recuperação da construção civil. Como o setor industrial é menos desigual no tocante à renda comparativamente ao setor de serviços, esse desempenho pode favorecer na redução da desigualdade de renda nesses dois espaços metropolitanos.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS OCUPADOS, SEGUNDO CLASSES DE ATIVIDADE PARA PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS E ECONOMICAMENTE ATIVAS NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE E SALVADOR - 1995/2007

CLASSES DE ATIVIDADE	BELO HORIZONTE							SALVADOR						
	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007
Agricultura	2,9	3,7	3,3	3,7	4,2	3,3	3,3	2,9	2,1	2,7	1,6	1,9	2,3	1,8
Indústria de Transformação	15,6	16,7	15,0	15,0	14,8	15,5	17,1	9,4	9,4	8,6	9,0	9,5	9,7	9,9
Indústria da Construção	10,0	11,2	10,3	8,9	8,7	8,0	9,2	8,4	8,7	8,0	9,1	8,6	9,6	8,3
Serviços (terciário)	71,2	68,1	70,8	72,2	72,3	73,2	70,4	78,5	79,7	80,3	79,5	80	78,5	79,9
Comunidade	15,6	15,7	16,9	17,4	17,1	18,0	16,2	19,0	19,4	19,9	17,8	18,1	16,5	18,4
Empresas	15,3	13,8	14,7	15,8	19,0	18,0	18,7	12,4	15,9	15,4	15,3	18,2	19,4	19,4
Pessoas	40,3	38,6	39,2	39,0	36,2	37,2	35,5	47,1	44,4	45,0	46,4	43,7	42,6	42,1
Outras	0,4	0,4	0,6	0,3	0,0	0,0	0,0	0,9	0,2	0,5	0,8	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Oliveira (2010)

Os rendimentos reais médios das classes de atividades discutidas na tabela 1 estão apresentados na tabela 2. O desempenho do rendimento real médio das classes de atividades apresenta uma quase contínua redução entre os anos de 1995 e 2003, para quase todas as atividades das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador.

Desse momento em diante, o rendimento real começa a se recuperar em ambas as regiões. Na RMBH, as mais expressivas reduções percentuais dos rendimentos das classes de atividades, entre 1995 e 2003, foram, respectivamente, em ordem decrescente, dos subsetores terciário-empresas e pessoas e da indústria de transformação. Nesse mesmo período, as mais expressivas reduções na RMS foram, também em ordem decrescente, do terciário-empresas, da indústria de transformação e da construção civil. Considerando toda a série (1995 a 2007) e excluindo dessa análise a agricultura, as únicas reduções do rendimento real médio para as duas regiões metropolitanas foram as da indústria de transformação e do terciário-empresas. Em sentido inverso, as maiores elevações do rendimento foram da construção civil e do terciário-pessoas, para a RMBH, e da construção civil e do terciário-comunidade para a RMS. Percebem-se aqui, claramente, os semelhantes comportamentos entre a indústria de transformação e o terciário-empresas, seja no tocante à variação do nível ocupacional (ver tabela 1), seja na variação do rendimento no período.

TABELA 2 - VALOR DO RENDIMENTO REAL MÉDIO NO TRABALHO PRINCIPAL DOS OCUPADOS E ECONOMICAMENTE ATIVOS DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO CLASSES DE ATIVIDADE NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE E SALVADOR - 1995/2007

REGIÃO/CLASSES DE ATIVIDADE	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007
Belo Horizonte							
Agricultura	303,4	133,8	131,6	227,8	128,1	170,3	246,2
Indústria de Transformação	1.060,5	1.279,3	911,2	1.004,4	876,3	886,4	1.001,4
Indústria da Construção	721,1	756,4	756,9	667,0	672,6	752,7	813,1
Terciário							
Comunidade	1.496,4	1.644,3	1.506,2	1.371,0	1.484,7	1.449,7	1.546,2
Empresas	1.601,5	1.667,3	1.500,8	1.396,6	1.189,5	1.281,6	1.458,2
Pessoas	730,3	726,6	640,3	647,4	579,4	674,4	763,3
TOTAL	1.021,4	1.072,8	945,6	928,9	883,3	945,8	1.048,1
Salvador							
Agricultura	352,8	322,5	253,0	238,8	461,0	411,1	255,5
Indústria de Transformação	1.230,1	1.410,0	1.139,7	1.048,9	819,0	1.016,9	1.041,6
Indústria da Construção	672,3	887,5	672,5	696,9	544,5	622,4	808,7
Terciário							
Comunidade	1.302,3	1.477,7	1.178,4	1.296,3	1.112,5	1.174,4	1.476,4
Empresas	1.463,5	1.724,5	1.455,6	1.296,6	975,3	929,2	1.066,7
Pessoas	552,0	616,1	519,0	538,3	520,7	519,1	584,7
TOTAL	881,0	1.056,0	851,0	840,5	739,6	768,6	900,7

FONTE: Oliveira (2010)

NOTA: Valores inflacionados pelo IPCA (IBGE) e referentes ao mês de outubro de 2008.

A tabela 3 apresenta a matriz de inserções setoriais para as duas regiões metropolitanas analisadas. A interseção entre os setores de atividade econômica (indústria de transformação e da construção civil mais o setor de serviços reclassificado) e os grupos de inserção ocupacionais está apresentada em valores absolutos para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, nos anos de 1995, 2001 e 2007. Essa análise foi dividida em dois períodos distintos. O primeiro, de 1995 a 2001, com um início bastante favorecido com a entrada do Plano Real em 1994, com

a economia brasileira apresentando crescimento robusto, e ainda não se sentindo totalmente os efeitos da ampla abertura comercial, da forte apreciação cambial e das restrições fiscais. O ano de 2001, ao contrário, apresentou fraco desempenho econômico, resultante da crise energética desse mesmo ano, do baixo desempenho do setor industrial (na década de 1990 e início dos anos 2000, o emprego industrial não se alterou em termos absolutos e a cadeia produtiva se empobreceu bastante tecnologicamente), da restrição fiscal do setor público, entre outros fatores. O segundo período, de 2001 a 2007, apresentou um crescimento maior comparativamente ao primeiro. Particularmente ao ano de 2007, pode-se afirmar que o desempenho econômico foi bastante favorável, com forte crescimento do nível do investimento, da produção e emprego, em todos os setores de atividade econômica, com impactos extremamente favoráveis em termos de formalização dos contratos de trabalho. Quanto à matriz propriamente dita, percebe-se que a RMBH apresenta maior participação relativa do G1 nos dois grandes setores de atividade (secundário e terciário) comparativamente à RMS, em qualquer período aqui contemplado; ou seja, o grupo considerado moderno e formal do núcleo dinâmico de acumulação capitalista é proporcionalmente maior na RMBH. Numa análise comparativa entre grandes setores, percebe-se que o secundário apresenta maior percentual de moderno (G1) comparativamente ao terciário para as duas regiões metropolitanas. Considerando o secundário, a indústria de transformação é o subsetor mais moderno e a indústria da construção civil apresenta maior participação relativa do tradicional/informal (G3), ressaltando que este último subsetor não apresenta o informal articulado ao moderno (G2).² No tocante ao terciário, os subsetores comunidade e empresas apresentam maiores percentuais de moderno comparativamente ao terciário-pessoas, enquanto os três subsetores apresentam percentuais distintos entre as duas regiões metropolitanas aqui contempladas, com destaque para o subsetor “pessoas” da RMS, com elevado percentual de ocupados no tradicional/informal. Aliás, esse subsetor se caracteriza por ser o de maior inserção de ocupados no grupo informal, para as duas regiões metropolitanas e para o contexto brasileiro em termos gerais (DEDECCA, 1998; CARVALHO, 2004).

A tabela 4, gerada a partir da tabela 3, apresenta as variações percentuais, para os períodos de 2001-1995 e 2007-2001, da matriz de inserções setoriais e ocupacionais nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. As primeiras análises indicam que o crescimento percentual dos grupos difere entre as regiões nos dois períodos considerados. Enquanto na RMBH o período 2001-2007 apresentou uma taxa de crescimento dos grupos acima de 30%, no anterior tal taxa ficou abaixo de 20%. Já, na RMS, as taxas de crescimento dos grupos apresentaram valores muito

² Por se tratar de um subsetor mais intensivo em trabalho, o critério de até cinco e de mais de cinco empregados com e sem carteira de trabalho, e os empregadores desse subsetor, tornam a indústria da construção civil classificável em apenas dois grupos de inserção ocupacional: o moderno e o tradicional, ou o G1 e o G3.

próximos entre os dois períodos, a saber: 21,9% e 21,4%, respectivamente, nos períodos 2001-1995 e 2007-2001. Discutindo a soma dos grupos por setor de atividade econômica, o secundário apresentou crescimento acima do terciário no período 2007-2001 para a RMBH, e no período 2001-1995 para a RMS. Como já destacado anteriormente, o crescimento do secundário ocorreu com taxas mais elevadas do G2 e G3 comparativamente ao G1 nas duas regiões metropolitanas; a única exceção ocorreu para a RMS no período 2007-2001, com o G1 crescendo mais que os demais. A indústria de transformação cresceu bem mais no período recente nas duas regiões metropolitanas, e o destaque negativo é que o crescimento do G3 dessa indústria foi sempre superior ao do G1 nas duas regiões e nos dois períodos analisados. Por se tratar de um setor afeito à concorrência estrangeira, constata-se que a maior abertura comercial, a valorização cambial, as elevações tributárias, entre outros fatores que ocorreram no período aqui contemplado, intensificaram significativamente essa concorrência, e uma das reações da indústria foi rebaixar custos via externalização, ou terceirização, de parcelas do processo produtivo, ampliando dessa maneira os grupos 2 e 3 dessa indústria (OLIVEIRA; CARVALHO NETO, 2002).

TABELA 3 - MATRIZ DE INSERÇÕES SETORIAIS E OCUPACIONAIS NÃO AGRÍCOLAS E DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS E ECONOMICAMENTE ATIVA - REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE E SALVADOR - 1995/2007

RMs/CLASSE DE ATIVIDADE	1995			2001			2007		
	G 1	G 2	G 3	G 1	G 2	G 3	G 1	G 2	G 3
Belo Horizonte									
Setor secundário	288.155	37.054	101.401	312.137	38.602	126.771	387.467	61.634	223.533
Indústria de Transformação	211.797	37.054	10.766	237.107	38.602	24.043	296.666	61.634	79.301
Indústria da Construção	76.358	... ⁽¹⁾	90.635	75.030	... ⁽¹⁾	102.728	90.801	... ⁽¹⁾	144.232
Setor Terciário	410.866	102.401	432.089	532.851	126.006	490.235	776.150	135.993	551.422
Comunidade	68.862	20.529	9.506	96.878	32.045	12.017	129.849	29.992	27.529
Empresas	124.435	81.872	24.529	173.732	93.961	38.248	317.214	106.001	36.158
Pessoas	217.569	... ⁽¹⁾	398.054	262.241	... ⁽¹⁾	439.970	329.087	... ⁽¹⁾	487.735
TOTAL	699.021	139.455	533.490	844.988	164.608	617.006	1.163.617	197.627	774.955
Salvador									
Setor Secundário	120.211	17.079	60.416	136.293	21.759	83.403	167.691	24.174	98.687
Indústria de Transformação	72.815	17.079	12.404	77.213	21.759	20.480	104.829	24.174	28.356
Indústria da Construção	47.396	... ⁽¹⁾	48.012	59.080	... ⁽¹⁾	62.923	62.862	... ⁽¹⁾	70.331
Setor Terciário	277.229	56.544	380.788	370.718	71.470	427.919	507.513	82.414	469.694
Comunidade	53.293	17.286	7.731	73.167	18.346	8.745	102.201	16.918	13.845
Empresas	77.297	39.258	9.356	119.674	53.124	20.486	204.197	65.496	26.816
Pessoas	146.639	... ⁽¹⁾	363.701	177.877	... ⁽¹⁾	398.688	201.115	... ⁽¹⁾	429.033
TOTAL	397.440	73.623	441.408	507.011	93.229	511.962	675.204	106.588	568.381

FONTE: Oliveira (2010)

(1) Quadrante inexistente por critério de construção metodológica.

TABELA 4 - VARIACÃO PERCENTUAL DO CRESCIMENTO OCUPACIONAL DA MATRIZ DE INSERÇÕES SETORIAIS E OCUPACIONAIS NÃO AGRÍCOLAS E DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS E ECONOMICAMENTE ATIVA - REGIÕES METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE E SALVADOR - 1995/2007

REGIÃO/CLASSES DE ATIVIDADES	2001/1995 (Var. %)				2007/2001 (Var. %)			
	G1	G2	G3	Total	G1	G2	G3	Total
Belo Horizonte								
Setor secundário	8,3	4,2	25,0	11,9	24,1	59,7	76,3	40,9
Indústria de Transformação	12,0	4,2	123,3	15,5	25,1	59,7	229,8	46,0
Indústria da Construção	-1,7	... ⁽¹⁾	13,3	6,4	21,0	... ⁽¹⁾	40,4	32,2
Setor terciário	29,7	23,1	13,5	21,6	45,7	7,9	12,5	27,4
Comunidade	40,7	56,1	26,4	42,5	34,0	-6,4	129,1	32,9
Empresas	39,6	14,8	55,9	32,5	82,6	12,8	-5,5	50,2
Pessoas	20,5	... ⁽¹⁾	10,5	14,1	25,5	... ⁽¹⁾	10,9	16,3
TOTAL	20,9	18,0	15,7	18,6	37,7	20,1	25,6	31,3
Salvador								
Setor secundário	13,4	27,4	38,0	22,1	23,0	11,1	18,3	20,3
Indústria de Transformação	6,0	27,4	65,1	16,8	35,8	11,1	38,5	31,7
Indústria da Construção	24,7	... ⁽¹⁾	31,1	27,9	6,4	... ⁽¹⁾	11,8	9,2
Setor terciário	33,7	26,4	12,4	21,8	36,9	15,3	9,8	21,8
Comunidade	37,3	6,1	13,1	28,0	39,7	-7,8	58,3	32,6
Empresas	54,8	35,3	119,0	53,5	70,6	23,3	30,9	53,4
Pessoas	21,3	... ⁽¹⁾	9,6	13,0	13,1	... ⁽¹⁾	7,6	9,3
TOTAL	27,6	26,6	16,0	21,9	33,2	14,3	11,0	21,4

FONTE: Oliveira (2010)

(1) Quadrante inexistente por critério de construção metodológica.

Quanto ao setor terciário, observa-se que, nos dois períodos, houve maior crescimento do G1 comparativamente aos dois outros grupos, e no período mais recente, essa diferença se acentuou ainda mais, com o G1 crescendo a taxas mais elevadas que no período 2001-1995 nas duas regiões metropolitanas. A análise dos subsetores do terciário indica que o melhor desempenho em termos de taxa de crescimento coube ao terciário-empresas. O terciário-comunidade cresceu de forma diferenciada nos dois períodos e contrastou bastante com os outros dois subsetores do terciário, pois no primeiro (2001-1995) o G1 cresceu mais que o G3 nesse subsetor, e no período posterior foi o G3 que cresceu mais que o G1 nas duas regiões. Ou seja, esse foi o subsetor que desenvolveu mais o tradicional/informal, justamente no momento de maior crescimento da formalização nos dois mercados de trabalho. O terciário-pessoas foi o que apresentou o menor crescimento nas duas regiões metropolitanas. Embora pequeno, esse crescimento aconteceu com maior formalização. Isso é extremamente positivo, pois o terciário-pessoas é o maior entre todos os setores de atividade econômica das duas regiões metropolitanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, nas décadas de 1990 e atual, apresenta alguns resultados importantes. A partir dos dados da PNAD constatou-se que após um período de crescente desemprego, informalização e precarização do trabalho, nos anos 90, a primeira década do

século XXI recuperou a capacidade de gerar e formalizar empregos nas duas regiões (OLIVEIRA, 2010). Quanto ao desempenho dos grupos ocupacionais, percebe-se que o moderno (G1) cresceu mais que o grupo tradicional (G3) e o articulado ao G1 (G2) nas duas regiões, ressaltando que esse crescimento foi muito superior na atual década. O peso relativo do grupo tradicional é maior na região de Salvador se comparado à de Belo Horizonte. Outra constatação importante se refere ao desempenho do G2, o grupo tradicional articulado produtivamente ao G1. Com exceção da RMBH no período 2001-2007, o G2 cresceu mais que o G3 na RMBH no período 1995-2001 e na RMS nos dois. Isso significa que as empresas, industriais ou mesmo de serviços, dessas regiões estão utilizando o expediente da terceirização enquanto estratégia de reestruturação produtiva. Outra característica importante a ser ressaltada se refere ao desempenho do grupo tradicional (G3), pois como se trata de um grupo que depende dos demais enquanto circuito de renda-consumo, e como o desempenho desse grupo ficou aquém dos demais, pode-se deduzir que a renda dos grupos 1 e 2 não se recuperou a ponto de viabilizar maior expansão ocupacional do grupo tradicional não articulado produtivamente ao moderno.

No tocante à matriz de inserção ocupacional (cruzamento dos grupos ocupacionais com os setores de atividade econômica) percebe-se que o terciário-empresas foi o subsetor que apresentou a maior variação percentual de crescimento nas duas regiões. O crescimento desse subsetor ocorreu com maior expansão do grupo tradicional na década de 1990 e, na década de 2000, com o grupo moderno. No período mais recente a taxa de crescimento do grupo moderno do terciário-empresas foi bastante expressiva e denota a ampliação de um terciário que há muito não ocorria no contexto brasileiro, notadamente em duas metrópoles. Essa constatação difere dos resultados encontrados por Carvalho (2004), pois esse autor constatou, para a década de 1990, um terciário que não se “modernizava” (OLIVEIRA, 2010).

Nas duas regiões, o desempenho da indústria de transformação ocorreu de forma semelhante. Na metade final da década de 1990 as ocupações desse setor cresceram menos que as dos demais, sendo que nos anos 2000 o crescimento foi superior. Quando se cruza a ocupação da indústria com os grupos ocupacionais, percebe-se uma avaliação não favorável, pois parte desse crescimento ocorreu mais aceleradamente no grupo tradicional, tornando esse setor menos “moderno”. A indústria de transformação é um setor bastante sensível à concorrência local e estrangeira e, nesse sentido, baixo crescimento do PIB, restrição ao investimento público e privado, políticas que favoreçam a valorização cambial, significam forte necessidade de redução de custos (OLIVEIRA, 2010).

O grupo 2, o tradicional articulado produtivamente ao moderno (G1), é o de menor peso relativo comparativamente aos demais grupos. Quanto ao desempenho deste grupo por setores de atividade econômica, algumas observações são importantes. Inicialmente é relevante frisar que é o menor grupo ocupacional e, quando se considera a inserção deste na indústria de transformação, percebem-se comportamentos distintos entre as regiões. Na RMBH o maior crescimento do G2 industrial ocorreu entre 2001

e 2007, embora se esperasse que isso viesse a ocorrer entre 1995 e 2001, pois o baixo crescimento seria um estímulo maior para as empresas “terceirizarem”. Esse “comportamento esperado” ocorreu na RMS. Quanto ao G2 do subsetor terciário-empresas, pode-se constatar que o crescimento foi pequeno em ambas as regiões, sendo que o desempenho foi maior no período 1995-2001, como seria de se supor. Por fim, o período 2001-2007 sinalizou um processo efetivo de recuperação, porém com desequilíbrios setoriais importantes; ou seja, a indústria apresentando uma incapacidade de se recuperar qualitativamente quando se considera a análise por grupos ocupacionais, e o setor de serviços apresentando uma melhora vigorosa nas duas metrôpoles.

O período aqui considerado demonstra dois momentos qualitativos diferentes. Destaca-se que a terceirização industrial e de serviços não foi significativa no período, e na década de 2000 o setor de serviços desenvolveu seu segmento mais moderno, seja no atendimento às demandas empresariais, seja no atendimento às demandas sociais. Essa modernização associada às melhorias das políticas sociais no período e ao maior crescimento do PIB favoreceu uma redução da desigualdade da renda, tanto em termos nacionais, quanto nas duas regiões aqui analisadas. Portanto, não se pode falar em polarização socioeconômica dessas metrôpoles (OLIVEIRA, 2010).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana Teixeira. **Como anda Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2009.

ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. **Crescimento econômico nas cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para Discussão, 592).

BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Licia do Prado (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.125-142.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Política social e reforma laboral no Brasil. Os desafios dos sindicatos sob o governo Lula. **Relaciones Laborales**, Montevideo: Universidad de la República, v.7, p.64-82, 2005.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. **Tempo Social**: revista de sociologia, São Paulo: USP/Departamento de Sociologia, v.13, n.2, p.89-114, nov. 2001.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Org.). **Como anda Salvador**. Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2009.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PINHO, Antônio J. A. de. Duas lógicas em conflito: moradia e solo urbano em Salvador. In: RIBEIRO, Luiz Cesar; AZEVEDO, Sérgio (Org.). **A crise da habitação nas grandes cidades brasileiras**: da moradia à questão urbana. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p.189-204.

CARVALHO, Marcelo Soares de. **Absorção de mão-de-obra no setor de serviços brasileiro dos anos 90**. 2004. 93f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2004.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Emprego e qualificação no Brasil nos anos 90**. Campinas: Instituto de Economia / Unicamp, 1999. Mimeografado.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Reorganização econômica e mercado de trabalho no Brasil. In: CONGRESSO DE ECONOMISTAS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 3., 1998, Macau. **Anais...** Macau: [s.n.], 1998.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Reorganização econômica, absorção de mão-de-obra e qualificação. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Centro de Economia Política, v.22, n.2 (86), p.59-78, abr./jun. 2002.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; MONTAGNER, Paula. Crise econômica e desempenho do terciário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.6, n.3, p.2-15, jul./set. 1992.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1981.

DINIZ, Clélio Campolina. Impactos territoriais da reestruturação produtiva. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan : Fase, 2000. p.21-61.

FRANCO, Ângela; SANTOS, Elizabeth; GABRIELLI, Livia. Salvador dos novos horizontes. **Força de trabalho e emprego**, Salvador: SINE, v.5, n.2, p.21-29, maio/ago. 1998.

KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEMOS, Mauro Borges *et al.* A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo: USP/IPE, v.33, n.4, p.665-700, out./dez. 2003.

LEMOS, Mauro Borges. Desenvolvimento econômico e a regionalização do território. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Org.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.173-194.

LEMOS, Mauro Borges; DINIZ, Clélio Campolina; GUERRA, Leonardo Pontes. Pólos econômicos do Nordeste e suas áreas de influência: uma aplicação do Modelo Gravitacional utilizando Sistema de Informações Geográficas (SIG). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, v.30, n. esp., p.568-584, dez. 1999.

MEINERS, Wilhelm E. Milward A. Novo ciclo de investimentos da indústria automobilística no Brasil e seus desdobramentos regionais. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro: IPPUR, v.13, n.1, p.185-213, jan./jul. 1999.

NEVES, Magda de Almeida. Impactos da reestruturação produtiva sobre as relações capital-trabalho: o caso da Fiat-MG. In: OLIVEIRA, Francisco; COMIN, Álvaro (Org.). **Os cavaleiros do antiapocalipse: trabalho e política na indústria automobilística**. São Paulo: CEBRAP : Entrelinhas, 1999.

OLIVEIRA, André Mourthé de. **A modernização da indústria de autopeças mineira e seu impacto sobre o emprego e as relações de trabalho.** 1996. 121f. Dissertação (Mestrado em Economia) - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

OLIVEIRA, André Mourthé de. Impacto da automação sobre o emprego e as relações de trabalho em empresas de autopeças em Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6., 1999, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABET, 1999.

OLIVEIRA, André Mourthé de. **Impactos da reconfiguração das atividades econômicas sobre os mercados de trabalho nas metrôpoles de Belo Horizonte e Salvador.** 2010. 219f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.